



## PARECER CONJUNTO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ( CCJR)**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS ( COF).**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO , CULTURA , DESPORTO E SAÚDE ( CECDS).**

**PRESIDENTE : JAIRO GOMES - PRESIDENTE DA CCJR.**

As Comissões de Constituição e Justiça Redação – CCJR e Orçamento e Finanças – COF, e Educação , Cultura, Desporto e Saúde- CECDS reunido para análise do Projeto nº 050/2025 AUTORIZA A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO, JUNTO BANCO DO BRASIL S.A, ATÉ O VALOR DE R\$ 5.000.000,00( CINCO MILHÕES DE REAIS)., NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CNM Nº 4.995, DE 24.03.2022 , E SUAS ALTERAÇÕES , DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES , OBSERVADA A LEGISLAÇÃO VIGENTE EM ESPECIAL AS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000.

### **I. DO OBJETIVO**

Autoriza o poder executivo municipal a contratar operação de crédito com o banco do brasil s.a., e dá outras providências. O referido Projeto de Lei objetiva a contratação do financiamento destinados a aquisição de compra de ônibus escolares. A proposta do projeto é tornar o município com autonomia operacional com maior controle sobre rotas, horários e atendimento dos alunos, assim como segurança e conforto dos estudantes com os veículos novos que irão atender, plenamente as normas do transporte escolar, redução de riscos contratuais e eliminação da dependência de empresas terceirizadas e fortalecimento da imagem institucional da gestão eficiente e comprometida com o uso responsável dos recursos públicos.

### **II. ANALISE DO PROJETO.**

A proposta encontra respaldo nos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa, prevista art 37 da constituição federal.

Assim, o projeto nº050/2025 é legal e constitucional .

### **II – JUSTIFICATIVA**

A aquisição de ônibus escolares por meio da presente operação de crédito mostra-se medida necessária e de grande relevância social. O transporte escolar é um direito essencial para garantir a permanência e o acesso de crianças e adolescentes à educação, sobretudo em um município com extensas áreas rurais e de difícil acesso.

Jairo Gomes  
J



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE  
PODER LEGISLATIVO E COMISSÕES PERMANENTES.

Atualmente, a dependência de serviços terceirizados gera custos elevados, riscos contratuais e limitações na qualidade do serviço prestado. Com a frota própria, o Município terá maior eficiência no planejamento de rotas, flexibilidade nos horários, melhoria da segurança e conforto dos alunos, além de reduzir despesas a médio e longo prazo.

O investimento em veículos novos trará reflexos positivos na qualidade da educação, contribuindo para a diminuição da evasão escolar, para a pontualidade e assiduidade dos alunos, bem como para a valorização da rede de ensino municipal.

Portanto, a contratação de crédito é plenamente justificada, uma vez que representa aplicação responsável de recursos em benefício direto da comunidade escolar, alinhando-se ao interesse público e aos princípios constitucionais da administração pública.

### III .CONCLUSÃO

Diante do exposto as comissões opinam favoravelmente á aprovação do projeto de Lei n 050/2025, por cumprir os requisitos legais, regimentais e orçamentários.

  
**JAIRO GOMES**  
**PRESIDENTE DA CCJR**

  
**MINÉIA DA SILVA PEREIRA VILLA**  
**RELATORA CCJR**

  
**FABIO JUNIOR FERREIRA DA SILVA**  
**MEMBRO CCJR**

  
**MINÉIA DA SILVA PEREIRA VILLA**  
**PRESIDENTE COF**

  
**ANGELA CABRAL DE PAULA**  
**RELATORA DA COF**

**AILTON JOSÉ DA SILVA**  
**MEMBRO DA COF**

  
**ANGELA CABRAL DE PAULA**  
**PRESIDENTE DA CECDS**

  
**FABIO JUNIOR FERREIRA DA SILVA**  
**RELATOR DA CECDS**

  
**AILTON JOSÉ DA SILVA**  
**MEMBRO CECDS**